



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0331040-3**

**APELANTE:** Município de Camocim de São Felix

**APELADO:** Braz Bezerra dos Santos Silva

**RELATOR:** Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** DIREITO CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE VERBAS SALARIAIS. NECESSIDADE DE LEI ESPECÍFICA REGULAMENTANDO A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. REEXAME NECESSÁRIO PROVIDO EM PARTE, PREJUDICADO O APELO VOLUNTÁRIO. 1. Trata-se de ação de cobrança e implementação de verbas salariais não pagas, na qual se verifica a circunstância fático-jurídica de que o vínculo existente entre a parte autora e o Município é estatutário, de acordo com o termo de posse colacionado aos autos. 2. Entendeu-se que o autor/apelado faz jus à percepção do 13º salário de 2004, visto que cabia ao Município perante a prova do pagamento, ao requerente, desta verba salarial deferida, a tempo e modo, restando incontroversa nos autos a sua inadimplência para com os valores da condenação (13º salário). 3. Nesse quadro, certo é que a matéria em análise – obrigação de pagar vencimento a servidor público ativo ou inativo – resta de todo pacificada perante este Tribunal de Justiça. 4. Por outro lado, em sede de reexame necessário, a sentença merece ser parcialmente reformada na parte que condenou o Município no pagamento das *“férias referentes ao período de 2004/2005, acrescidas de 1/3”*, isso pelo caráter *ultra petita* da carga condenatória imposta a esse título. Deveras, a parte autora não postulou o pagamento dessas verbas na inicial. 5. Igualmente, também merece reparo a parte da sentença no tocante ao adicional de insalubridade. 6. O adicional de insalubridade necessita de autorização legal para ser instituído. 7. No entanto, não há prova nos autos que demonstre a existência de legislação do município instituindo essa vantagem remuneratória, nem tampouco acerca da regulamentação deste benefício e respectivas atividades. 8. Deveras, em se tratando de norma relativa à concessão de vantagem a servidores municipais, deve ela estar regulamentada em lei municipal de iniciativa do Poder Executivo, disciplinando inclusive os percentuais cabíveis para cada categoria. 9. Com efeito, aplica-se aos Municípios – tal como se aplica aos Estados e à União – o princípio da reserva de iniciativa no que toca às leis de concessão de vantagens a servidores públicos. 10. De igual modo, não há que se falar na aplicação da Consolidação das Leis do Trabalho, nem da norma regulamentadora nº 15, em seu anexo 14, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego aos servidores municipais estatutários, pois não se trata de demanda trabalhista, mas sim estatutária, visto que o vínculo jurídico estabelecido entre as partes é de direito público. 11. Ademais disso, o art. 7º, inciso XXIII da CF, que prevê o adicional de insalubridade, não possui eficácia plena, uma vez que se encontra condicionado à edição de lei regulamentando a matéria. 12. Assim, falta à pretensão da apelante a premissa de base, qual seja lei específica. 13. Reconheceu-se, por fim, a existência de sucumbência recíproca, pelo que cada parte deve arcar com os ônus de seus advogados, nos termos do art. 21 do CPC. 14. Reexame necessário provido em parte, prejudicado o apelo voluntário.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0331040-3, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de ~~maio~~ de 2014 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0331040-3**

**APELANTE:** Município de Camocim de São Felix

**APELADO:** Braz Bezerra dos Santos Silva

**RELATOR:** Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **reexame necessário e apelação cível** interposta em face da sentença prolatada pelo Juízo da Comarca de Camocim de São Félix (fls. 51/53) nos autos da Ação de Cobrança NPU nº 0000090-19.2009.8.17.0430, que julgou **parcialmente procedente** o pedido nos seguintes termos:

“Posto Isso, na esteira da fundamentação mencionada e nos termos do art. 269, I, da lei adjetiva civil, julgo parcialmente procedentes os pedidos feitos na exordial nos seguintes termos:

I) Condene o Município requerido ao pagamento das verbas cobradas na exordial, no valor de R\$ 12.311,60 (doze mil trezentos e onze reais e sessenta centavos), mais juros moratórios de 0.5% a.m. , nos termos do art. 1º - F da lei nº. 9494, com incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, o que faço com Condene ainda o Município ao pagamento do 13º (décimo terceiro) salário, referente ao período de 2004, e férias referentes ao período de 2004/2005, acrescidas de 1/3.

II) Condene ainda o Município a incorporação do adicional de insalubridade em 40 % ao salário do postulante, caso ainda pertença aos quadros da administração municipal e esteja no mesmo cargo trabalhando na mesma situação.

III) Condene o vencido ao ônus sucubencial, arbitro os honorários à razão de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

P. R. I. C. Transitado em julgado e não sendo apresentado recurso voluntário, intime-se a autora para iniciar a fase de cumprimento de sentença”.

Na ação em tela, o autor, servidor público municipal, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, aduziu que desenvolve a atividade de limpeza urbana do Município, fazendo jus, portanto, ao adicional de insalubridade.

Alegou também não ter recebido o pagamento do décimo-terceiro salário do ano de 2004.

Pleiteou, pois: (i) 13º salário de 2004; (ii) adicional de insalubridade do período de 2004 à 2008, no percentual de 40 %; (iii) integração do adicional de insalubridade nos salários vincendos com repercussão em todas as verbas; e (iii) reflexos do adicional de insalubridade sobre os décimos terceiros salários de 2004 à 2008; nas férias de 2004 à 2008, mais 1/3 (fls. 05).

Sobrevindo a sentença de procedência parcial acima referenciada, o Município interpôs apelação (fls. 56/60), alegando: (i) a ausência na legislação estadual de previsão de índices de porcentagem que devam incidir sobre o adicional de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

insalubridade; e (iii) a inexistência da comprovação da exposição do apelado à atividade insalubre.

Nas contra-razões de fls. 64/66, o apelado requerer o improvimento do apelo, e a manutenção da sentença.

O Ministério Público com assento neste Tribunal opinou pelo provimento parcial do apelo, no tocante ao adicional de insalubridade (fls. 78/81).

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 11 de abril de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



91  
a

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0331040-3**  
**APELANTE: Município de Camocim de São Felix**  
**APELADO: Braz Bezerra dos Santos Silva**  
**RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello**

**VOTO**

Como visto, trata-se de ação de cobrança e implementação de verbas salariais, alegadamente não pagas pelo Município de Camocim de São Felix.

Pois bem.

Com efeito, tenho por evidenciada nos autos a circunstância fático-jurídica de que o vínculo existente entre a parte autora e o Município de Camocim de São Felix é estatutário, de acordo com o termo de posse colacionado à fl. 10 dos autos.

De princípio, entendo que o autor/apelado faz jus à percepção do **13º salário de 2004**, visto que cabia ao Município apelante a prova do pagamento, ao requerente, desta verba salarial, a tempo e modo, restando **incontroversa** nos autos a sua **inadimplência** para com os valores da condenação (13º salário), garantidos pela Carta Constitucional e não atingidos pela prescrição quinquenal, pelo que a sua omissão nesse mister implica no reconhecimento da procedência dessa parte do pedido, tal como deferido pelo juízo *a quo*.

Nesse quadro, certo é que a matéria em análise – obrigação de pagar vencimento a servidor público ativo ou inativo – resta de todo pacificada perante este Tribunal de Justiça, consoante se vê, exemplificativamente, do aresto seguinte:

**EMENTA: “DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SALÁRIOS ATRASADOS - AÇÃO PROCEDENTE - SENTENÇA MANTIDA - NEGADO PROVIMENTO À REMESSA OFICIAL - DECISÃO UNÂNIME.**

**I. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DA AUTORA:** Há nos autos elementos suficientes para estabelecer a “legitimatío ad causam” da autora, como o demonstrativo de pagamento de salário constante dos autos, no qual consta seu nome e a função exercida como funcionário do município de Palmares. Preliminar Rejeitada.

**II. MÉRITO:** São inúmeros os direitos sociais que protegem o funcionário público, estando todos eles previstos na Constituição Federal. A Carta Magna é clara ao reza que se aplicam aos servidores públicos civis os direitos garantidos ao empregado pelas disposições do art. 7º, incisos IV, VI e VIII, os quais garantem o salário mínimo, a irredutibilidade do salário e o **décimo terceiro salário** com base na remuneração integral ou valor da aposentadoria.

**III. Não resta dúvida acerca da aplicabilidade destes direitos sociais aos servidores públicos civis, resguardando o princípio da Dignidade Humana, consolidado pela Constituição Federal, pelo qual todo trabalho deve ser remunerado.**

**IV. No tocante à condenação da Edilidade ao pagamento dos honorários de advogado, é aplicável à hipótese o art. 20, parágrafo 3º, do CPC.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

V. Sentença "a quo" mantida integralmente e negado provimento à Remessa Oficial, em votação unânime." (Duplo Grau Obrigatório de Jurisdição Nº 76799-7, Primeira Câmara Cível, em 10.12.2002, Des. Relator Bartolomeu Bueno)

Ademais, ressalto que o Município, por ocasião de sua apelação, não se insurgiu a respeito da referida condenação.

Por outro lado, em sede de reexame necessário, penso que a sentença merece ser parcialmente reformada.

Primeiramente merece reparo o *decisum* de primeiro grau na parte que condenou o Município no pagamento das "*férias referentes ao período de 2004/2005, acrescidas de 1/3*", isso pelo caráter *ultra petita* da carga condenatória imposta a esse título.

Deveras, é de se ver que a parte autora não postulou o pagamento dessas verbas na inicial.

Com efeito, os artigos 128 e 460 do Código de Processo Civil dispõem:

"Art. 128. O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte"

"Art. 460. É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado."

Nesse cenário, reconheço que o ato sentencial proferido pelo Juízo de primeira instância deve ser adequado aos limites do pedido inicial.

No sentido, o Colendo STJ já se manifestou:

**"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. CONDENAÇÃO A VALOR SUPERIOR AO REQUERIDO. JULGAMENTO ULTRA PETITA. DECOTE DO EXCESSO. NECESSIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. VALOR DA CONDENAÇÃO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS. SUMULA N. 306/STJ.**

1. Não há por que falar em violação do art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, integrado pelo julgado proferido nos embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais.

2. A sentença *ultra petita* é defeituosa porque o juiz, ao decidir o pedido, vai além dele e concede ao peticionário mais do que o requerido. Para a correção do vício deve ser decotado o excesso verificado.

3. Nas demandas em que o provimento jurisdicional tem natureza condenatória, o parâmetro que há de servir de base para o cálculo da verba honorária é o valor da condenação, e não o valor da causa.

4. Havendo sucumbência recíproca, o valor dos honorários advocatícios deverão ser compensados, a teor do disposto na Súmula n. 306 do STJ.

5. Recurso especial conhecido em parte e provido.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

93  
2

(REsp 816.732/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 02/02/2010, DJe 11/02/2010) (Grifei).

Igualmente, também merece reparo a parte da sentença no tocante ao **adicional de insalubridade**.

No ponto, anoto que a controvérsia é de ser dirimida com base em apreciação exclusivamente *de direito*, sem necessidade de perquirir se o autor/apelado exerce, ou não, atividades insalubres.

Isso porque o adicional de insalubridade necessita de autorização legal para ser instituído.

No entanto, não há prova nos autos que demonstre a existência de legislação do Município instituindo essa vantagem remuneratória, nem tampouco acerca da regulamentação deste benefício e respectivas atividades.

Deveras, em se tratando de norma relativa à concessão de vantagem a servidores municipais, deve ela estar regulamentada em lei municipal de iniciativa do Poder Executivo, disciplinando inclusive os percentuais cabíveis para cada categoria.

Com efeito, aplica-se aos Municípios – tal como se aplica aos Estados e à União – o princípio da reserva de iniciativa no que toca às leis de concessão de vantagens a servidores públicos.

De igual modo, não há que ser falar na aplicação da Consolidação das Leis do Trabalho, nem da norma regulamentadora nº 15, em seu anexo 14, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego aos servidores municipais estatutários, pois não se trata de demanda trabalhista, mas sim estatutária, visto que o vínculo jurídico estabelecido entre as partes é de direito público.

Além disso, o art. 7º, inciso XXIII da CF, que prevê o adicional de insalubridade, não possui eficácia plena, uma vez que se encontra condicionado à edição de lei regulamentando a matéria.

Assim, falta à pretensão do autor/apelado a premissa de base, qual seja **lei específica** que regule a concessão de adicional de insalubridade.

Nesse sentido os seguintes precedentes:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OBSCURIDADE. **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**. AUSÊNCIA DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. COMANDO CONSTITUCIONAL NÃO DOTADO DE EFICÁCIA PLENA. INEXISTÊNCIA DE LEI REGULAMENTADORA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO ACOLHIDOS À UNANIMIDADE. 1-Versa a lide em apreço acerca do pedido de concessão de adicional de insalubridade; 2- apesar de a Constituição Federal prever o adicional de insalubridade, sabe-se que tal comando constitucional não é dotado de eficácia plena, pois



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

94  
a

**necessita de lei regulamentadora, indicando quais os percentuais a serem adotados para cada caso, além da possibilidade ou não da implementação da referida verba; 3-Por isso, não há como atender as expectativas da embargante, com relação a necessidade de dilação probatória, tendo em vista a inexistência de lei específica, regulamentando a possibilidade de percepção do adicional de insalubridade, bem como o seu grau e percentual; 4-À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso. (TJPE. Embargos de Declaração 189762-7/01. Relator: Des. Luiz Carlos Figueiredo. Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível. Data de Julgamento 12/01/2010).**

**EMENTA: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. HORAS EXTRAS. ESTABILIDADE FINANCEIRA. NÃO COMPROVAÇÃO DO TEMPO NECESSÁRIO A SUA CONCESSÃO ANTES DO ADVENTO DA EC Nº 19/98. APELO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. O apelante funda sua pretensão revisional na disposição contida no art. 7º, XXIII, da CF/88, que prevê o adicional de insalubridade, conjugado com a ausência de proibição para sua concessão, face à redação do art. 39, § 3º, dada pela EC nº 19/98. 2. Ocorre que o comando constitucional mencionado não é dotado de eficácia plena, posto condicionado à edição de lei regulamentando a matéria, tanto que ao final específica "na forma da lei". 3. Não se pode deferir administrativamente, e com efeitos financeiros, qualquer pretensão que não tenha previsão legal expressa, até por conta do princípio do orçamento, que exige dotação prévia. 4. Do mesmo modo, não há como reconhecer direito ao pagamento de horas extras, as quais também não estão previstas no estatuto da municipalidade apelada. 5. O apelante não restou por comprovar nos autos que antes do advento da EC nº 19/98 recebeu por cinco anos ininterruptos ou sete alternados a alegada gratificação de 50% (cinquenta por cento) questionada. 6. Apelo improvido à unanimidade. (TJPE. Apelação Cível 137192-2. Relator: Des. Ricardo Paes Barreto. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Data de Julgamento 17/05/2007).**

**EMENTA: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE VERBAS SALARIAIS NÃO PAGAS. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO QUINQUÊNAL PARCIALMENTE ACOLHIDA. NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 1º DO DECRETO LEI Nº 20.910/32, DEVENDO SER CONSIDERADOS PRESCRITOS TODOS OS CRÉDITOS RELATIVOS AO PERÍODO ANTERIOR A CINCO ANOS DA PROPOSITURA DA AÇÃO. INDENIZAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO INDEVIDA. VÍNCULO LABORAL DE CARÁTER ESTATUTÁRIO E NÃO CELETISTA. ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E NOTURNO INDEVIDOS ANTE A AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PREVISÃO LEGAL. ABSOLUTA AUSÊNCIA DE PROVAS DE JORNADA DE TRABALHO EXTRAORDINÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO. APELO INTERPOSTO PELO MUNICÍPIO PROVIDO PARCIALMENTE. DECISÃO UNÂNIME.**

(...) Omissis...

**3. No respeitante aos adicionais de insalubridade e noturno, muito embora estejam dentro do rol dos direitos garantidos também aos funcionários públicos, não foram colacionadas nos autos provas nem no sentido de que o Município de João Alfredo tenha regulamentado tais verbas, condição necessária à sua concessão, nem tampouco de que o autor trabalhou nas condições que informou na exordial. Assim, resta impossibilitada a concessão das verbas pleiteadas, ante a absoluta falta de provas neste sentido.**

(...) Omissis...

**(TJPE. Apelação Cível, Número do Acórdão 136866-3, Comarca João Alfredo, Número de Origem 02005502, Relator João Bosco Gouveia De Melo, Órgão Julgador 7ª Câmara Cível, Data de Julgamento 18/9/2007 14:00:00, Publicação 183).**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

EMENTA: "APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. MUNICÍPIO DE PANAMBI. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. AUSÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. O pagamento do adicional de insalubridade exige lei específica, regulamentando os critérios para sua concessão, que somente foi editada em 2008 (Lei nº 2704/08). Reflexamente, não é possível a revisão da base de cálculo do adicional, quando a sua concessão carecia de regulamentação por lei específica. Mesmo se considerado como base de cálculo o salário mínimo, prática reconhecida como inconstitucional... Ver íntegra da ementa pela Súmula Vinculante nº 4 do STF, ainda assim, não se poderia efetuar a sua correção por ordem judicial, Atribuição de competência privativa do Chefe do Executivo Municipal. Precedentes. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. APELAÇÃO DESPROVIDA." (TJRS. Apelação Cível Nº 70032507907, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, Julgado em 10/12/2009)

EMENTA: "SERVIDOR PÚBLICO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PENOSIDADE. SUPERVENIÊNCIA DA EC Nº 19/98. REGRAMENTO ESPECÍFICO. LEI MUNICIPAL. PREVISÃO GENÉRICA DO DIREITO. REGULAMENTAÇÃO. INEXISTENTE. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. - É pacífico na doutrina e jurisprudência que a EC nº 19 não suprimiu o direito à percepção do adicional de insalubridade pelos servidores públicos, pois a alteração ocorrida, na medida em que retirou a gratificação do rol dos direitos constitucionalmente assegurados, relegou, desta forma, sua regulamentação à legislação infraconstitucional. - Em obediência ao princípio da legalidade estrita o recebimento das gratificações pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida ou saúde depende de lei específica a indicar os critérios para a sua concessão. - Apesar do § 2º do art. 117 da LOM/90 determinar a aplicação do art. 7º, XXIII da CR aos servidores autárquicos, reconhecendo-lhes o direito de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas, não é viável o acolhimento da pretensão ante a ausência de lei regulamentadora pois o simples fato de previsão em lei local sem definição do grau, percentual e base de cálculo, não autoriza seu pagamento. - Somente com a promulgação da LCM nº 21, de 12/janeiro/2006, no curso da presente demanda, é que o Município veio regulamentar a concessão dos adicionais." (TJMG. APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0479.00.015501-6/001 - COMARCA DE PASSOS - APELANTE(S): SISERSA SIND SERVIDORES SAAE PASSOS - APELADO(A)(S): SAAE SERVIÇO AUTONOMO AGUA ESGOTO PASSOS - RELATOR: EXMO. SR. DES. BELIZÁRIO DE LACERDA)

EMENTA: "Administrativo. Servidor Público Municipal. Cobrança de adicional de insalubridade. Legislação instituidora do benefício. Inexistência. Impossibilidade jurídica do pedido. Extinção do processo. Apelo improvido." (TJMG. Apel. Cível nº 1.0027.00.004617-0/001, Rel. Des. Nilson Reis, AC 08.03.2005, DJ 08.04.2005).

EMENTA: "ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. CONCESSÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO SOBRE O BENEFÍCIO - SENTENÇA REFORMADA. Embora a Emenda Constitucional n.º 19/98 tenha suprimido o adicional de insalubridade das vantagens elencadas para os servidores públicos na Constituição, inexistente óbice para a sua concessão pelo respectivo município, desde que haja previsão expressa na sua legislação local para tanto." (TJMG. Apel. Cível nº 1.0461.02.008560-5/001, Rel. Des. Edilson Fernandes, AC 30.08.2005, DJ 23.09.2005).

Reconheço, por fim, a existência de sucumbência recíproca, pelo que cada parte deve arcar com os ônus de seus advogados, nos termos do art. 21 do CPC.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

96  
E

Ante o exposto, **dou provimento parcial ao reexame necessário**, prejudicado o **apelo voluntário**, em ordem a reformar a sentença de primeiro grau para excluir da condenação o pagamento do adicional de insalubridade, por falta de lei específica, e das férias referentes ao período de 2004/2005, acrescidas de 1/3, pelo caráter *ultra petita* da carga condenatória imposta a esse título, mantendo-se, dessarte, a condenação do Município ao pagamento do 13º salário do ano de 2004.

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator